

UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO – UGP PIPIRIPAU
PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA
ATA DA SEGUNDA REUNIÃO GERAL

Data: 26 de outubro de 2011

Local: Sede da ADASA, Estação Ferroviária, Sobreloja.

PARTICIPANTES:

ADASA – Antonio Magno Figueira Netto (antonio.magno@adasa.df.gov.br)

ADASA – Eduardo Costa Carvalho (eduardo.carvalho@adasa.df.gov.br)

ADASA – João Pedro Fernandes Melo (joao.melo@adasa.df.gov.br)

ADASA – André Luiz da Silva Moura (andre.moura@adasa.df.gov.br)

ADASA – Pablo Armando Serradourada Santos (pablo.santos@adasa.df.gov.br)

ANA – Devanir Garcia dos Santos (devanir@ana.gov.br)

ANA – Flávio Hermínio de Carvalho (flavio.carvalho@ana.gov.br)

EMATER/DF – Sumar Magalhães Ganem (sumaganem@gmail.com)

EMATER/DF – Luiz Carlos Britto Ferreira (zebuleite@gmail.com)

SEAGRI/DF – Alba Evangelista Rámos (assessoria.seagridf@gmail.com)

IBRAM/DF – Vandete Inês Maldaner (vimaldaner@gmail.com)

CAESB – Marcio Niemayer Borges (marcioborges@caesb.df.gov.br)

CAESB – Fábio Bakker Isaias (fabriobakker@caesb.df.gov.br)

UnB – Henrique Marinho Leite Chaves (hlchaves@terra.com.br)

TNC – Albano Henrique de Araújo (aaaraudo@tnc.org)

TNC – Lícia Maria Nunes de Azevedo (lazevedo@tnc.org)

WWF Brasil – Antonio Cristiano Vieira Cegana (cristianocegana@wwf.org.br)

WWF Brasil – Abílio Vinícius B. Pereira (abiliovinius@wwf.org.br)

SESI-Conselho Nacional – Maria Neuma Lopes de Sales (neuma.lopes@sesi.org.br)

SESI-Conselho Nacional – Carlos Alberto Villa-Chan Filho (carlos.filho@sesi.org.br)

Fundação Banco do Brasil – Maria Helena L. Stein de Melo (helena@fbbr.org.br)

Banco do Brasil – Cleusa Moreira Lopes (cleusamoreira@bb.com.br)

SANEATINS – Fabiola Rachel N. Preihs

OBJETIVOS:

- Informes referentes às reuniões dos subgrupos da UGP e análise de outros possíveis Acordos bilaterais que poderiam ser assinados juntos com o ACT;
- Apresentação da minuta do Acordo de Cooperação Técnica – ACT e análise das alterações sugeridas;
- Análise da proposta de assinatura do ACT no dia 09/11/2011 pelos parceiros no projeto Pipiripau.

DESENVOLVIMENTO:

Item 1 – O dr. Eduardo (Superintendente de Recursos Hídricos Substituto - ADASA) iniciou a reunião salientando o caráter de objetividade que deve ter as reuniões da UGP visando menos a formalidade e mais a resolução das questões técnicas pendentes para o bem conduzir das ações do Projeto. Disse que antes da drª Alba explanasse sobre a reunião do subgrupo referente ao reflorestamento, passaria a palavra ao dr. Devanir (ANA) para que fosse feita a proposta de data da próxima assinatura do Termo de Cooperação Técnica – ACT. Item 2 – Em seguida, o dr. Devanir disse que a data de 09/11/2011 seria a data proposta inicialmente pela Agência Nacional de Águas - ANA, mas que talvez alguns dirigentes de Entidades teriam dificuldades para comparecer ao evento e por isso precisava ouvir os demais membros da UGP. Item 3 – O dr. Albano (TNC) salentou que talvez enfrentasse dificuldades com relação ao curto prazo para que a área jurídica apresentasse um parecer permitindo que o

49 dirigente de sua Entidade pudesse participar da assinatura na data proposta. Item 4 – O dr.
50 Devanir disse que seria muito complicado uma data totalmente conciliadora, mas que se
51 deveria fazer um esforço coletivo para que enfrentássemos as várias dificuldades e
52 pudéssemos ter uma maioria das entidades na data da assinatura. Item 5 – A drª Alba,
53 SEAGRI-DF, fez uma exposição detalhada da reunião e dos trabalhos que o subgrupo da
54 UGP, responsável pelas ações de reflorestamento, empreendeu após a primeira reunião da
55 UGP. Prometeu em breve encaminhar uma ata constando todas as propostas e decisões. Item
56 6 – O sr. Abílio (WWF Brasil) trouxe a contribuição de que existe condições de se pensar em
57 diferentes processos de propagação das espécies do cerrado, além da que está sendo posta em
58 prática que é por meio de mudas. Item 7 – O sr. Súmar (EMATER – DF), em nota conjunta
59 com a SEAGRI-DF, trouxe uma questão que mereceu grande atenção. Uma proposta que
60 questiona um ponto que a CAESB desde o início tem feito questão de fixar, o fato de que os
61 pagamentos por serviços ambientais se dêem somente a montante do ponto de sua captação.
62 Item 8 – O sr. Fábio (CAESB) esclareceu que essa foi uma posição há muito tempo fixada e
63 não havia condições de pleitear agora uma mudança de critério por parte da CAESB, pois não
64 havia disposição neste sentido. Disse ainda, que outros aportadores de recursos, no futuro,
65 poderiam vir a contribuir com PSA a jusante da captação da CAESB. Esclareceu também que
66 seria interessante fazer constar que as mudas mencionadas pela drª Alba deveriam seguir o
67 critério de ser prioritariamente plantadas na parte de montante da captação da CAESB. Item
68 9 – A drª Alba comentou que na reunião do subgrupo de reflorestamento da UGP foi
69 identificada a disponibilidade para plantação imediata de 50.000 mudas em toda a bacia do
70 ribeirão Pipiripau. Disse também que havia uma proposta de consenso de divisão dessas
71 mudas entre os três núcleos rurais da bacia: Pipiripau, Taquara e Santos Dumont. Destacou
72 também que, ainda que essas ações não estejam contempladas dentro dos Pagamentos por
73 Serviços Ambientais, constituem uma real demonstração de conscientização ambiental das
74 Entidades e dos produtores envolvidos nas ações. Item 10 – O sr. Albano (TNC) pediu a
75 palavra e salientou que o plantio de mudas nas cabeceiras, de maneira prioritária, é algo
76 razoável que se exija, pois em termos de proteção hídrica todos os trabalhos se dão a partir
77 das cabeceiras. Ainda que seja aconselhável que também se possa atingir as áreas de jusante o
78 quanto antes. Ainda salientou que no trabalho intitulado “Relatório de diagnóstico
79 socioambiental da bacia do ribeirão Pipiripau” há a constatação de que as áreas de APP e
80 Reserva Legal que precisam ser recompostas na área da subácia do córrego Taquara são
81 incapazes de receber todas as mudas disponibilizadas. Assim é justificável a ampliação dessa
82 ação em outras áreas. Item 11 – O dr. Devanir, aproveitando o tema do núcleo rural Santos
83 Dumont (área de jusante da captação da CAESB), mencionou que a iniciativa para levar
84 adiante a reforma do canal Santos Dumont, encontra-se atualmente diante de um problema
85 burocrático, pois não se sabe qual entidade assinará o ACT, se o Ministério ou a SUDECOP.
86 Item 12 – O dr. Magno (ADASA), procurando agregar informações à discussão, salientou
87 que outros órgãos do GDF, por terem a necessidade de fazer também compensação
88 ambiental, serão possíveis futuros aportadores de recursos a projetos como os PSA do
89 Programa Produtor de Águas. Item 13 – O dr. Eduardo (ADASA) comentou que, por tratar-
90 se de um mercado de águas na bacia, antes que renegar o interesse da CAESB, por não querer
91 agregar recursos a bacia como um todo, deve-se sim procurar outras fontes de recursos para
92 as áreas nas quais a CAESB não demonstra interesse direto. Item 14 – O dr. Márcio
93 (CAESB) complementou as palavras do seu colega de trabalho acrescentando que há um bom
94 relacionamento entre a associação dos usuários do canal Santos Dumont e a atuação da CAESB
95 construído ao longo dos anos e das dificuldades enfrentadas em comum, mesmo porque o
96 prejuízo seria mútuo, em se tratando de uma contenda entre os dois grandes usuários da bacia.
97 Item 15 – O dr. Devanir quis fazer uma proposta de concenso. Pediu que os representantes da
98 CAESB fizessem uma consulta informal sobre o possível interesse dos dirigentes (inclusive
99 o jurídico) de mudar os termos do ACT retirando a restrição explícita dos termos “a montante
100 da captação da CAESB” presentes no ACT, podendo assim, no futuro haver possíveis

101 Pagamentos por Serviços Ambientais englobando também os produtores do núcleo rural
102 Santos Dumont. Caso internamente não fosse aceito, os termos ficariam como estão e o ACT
103 seria aceito, no que tange às atribuições da CAESB, como estão desde março de 2011. Item
104 16 – O sr. Sumar achou razoável a proposta, e os demais membros ficam no aguardo da
105 consulta que os representantes da CAESB farão internamente na Companhia. Item 17 – A srª
106 Neuma (SESI) solicitou informações ao dr. Devanir sobre o número de pessoas e demais
107 circunstâncias para o dia da assinatura do ACT, para que se alcance a maior visibilidade
108 pública desejada, conforme já se mencionou. Item 18 – O dr. Devanir disse que em termos de
109 acondicionamento a sala na sede da ANA não comporta mais que 40 pessoas, mas que
110 haveria um esforço dos responsáveis pelas áreas de comunicação da ANA e da ADASA para
111 que releases fossem passados para os principais meios de comunicação. Item 19 – O sr.
112 Fábio trouxe a novidade de que a data de 09/11 para assinatura do ACT, inviabilizava a
113 participação do presidente da CAESB, que, por sua vez, tinha grande interesse de estar
114 presente no evento. Uma data possível e que foi discutida e aceita, por todos, foi a do dia 24
115 de novembro, 5ª feira, ficando estipulado inicialmente um horário de início em torno de
116 11:00, a ser confirmado definitivamente pelo dr. Dévanir quando verificar as condições locais
117 da Agência Nacional de Águas. Para constar, eu, João Pedro Fernandes Melo, lavrei esta ata
118 para apreciação e aprovação.

119
120 JOÃO PEDRO FERNANDES MELO
121 Regulador de Serviços Públicos - SRH - ADASA

